

Revista revela documentos

BRASÍLIA - O senador Jader Barbalho, presidente do Congresso Nacional, desviou R\$ 2,5 milhões do Banpará (Banco do Estado do Pará) entre 1984 e 1988. Outros R\$ 8,4 milhões, de origem duvidosa, foram parar na conta de Jader, que teria feito o desfalque quando governou o Pará. O dinheiro foi distribuído entre Jader Barbalho e seus familiares. Os documentos que comprovam a falcatura foram publicados pela revista Veja.

Os R\$ 10,9 milhões, acrescidos dos rendimentos, foram distribuídos da seguinte forma: R\$ 10,3 milhões para Jader Barbalho e R\$ 105,7 mil para Elcione Barbalho, na época esposa do senador e hoje deputada federal. O pai e suplente de Jader no Senado, Laércio Barbalho, recebeu R\$ 86,5 mil para Laércio Barbalho. Os irmãos do senador também não foram esquecidos no esquema: R\$ 152,4 mil rumaram para a conta de Luiz Guilherme Barbalho, R\$ 87,7 mil para Joércio Barbalho; R\$ 14,3 mil para Laércio Barbalho, o irmão. O jornal Diário do Pará, de propriedade do presidente do Congresso, 788,4 mil.

Todas essas informações estão no relatório do Banco Central que apurou as suspeitas de irregularidades no Banpará. Recentemente, o BC encaminhou as conclusões ao Ministério Público para abertura de processo criminal contra os suspeitos. Entre outubro e dezembro de 1984, o Banpará emitiu 11 cheques administrativos, no valor atual de R\$ 2,5 milhões, que seriam destinados ao pagamento de dívidas do banco. Na realidade, o dinheiro - pertencente ao Banpará - ia todo para a conta 96650-4, de uma agência do banco Itaú, no Rio, em nome de Jader Fontenelle Barbalho.

O dinheiro era aplicado em títulos ao portador e sacado em cheques administrativos, também ao portador, supostamente para esconder os verdadeiros beneficiários da conta. Ao rastrear os cheques, o Banco Central descobriu que o dinheiro, pertencente ao Banpará, foi parar nas contas do então governador do Pará e de sua família.

Para cobrir todos esses movimentos financeiros, a conta era abastecida também por outras fontes, além do dinheiro do Banpará. Corretoras, que negociavam com títulos da dívida agrária (TDA), empreiteiras, que tinham contratos com o governo do estado, e empresas de consultorias, responsáveis pela intermediação de projetos na Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), hoje extinta, depositaram R\$ 8,4 milhões na conta de Barbalho no Itaú. Suspeita-se que esse dinheiro corresponde a propinas e outras falcaturas. A corretora Ética, por exemplo, depositou na conta de Jader R\$ 275 mil, em 1985, e foi liquidada três anos depois pelo Banco Central. Motivo: realização de operações ilegais com TDA. Por causa de possíveis irregularidades com TDA, Jader Barbalho também responde a inquérito na Polícia Federal: ele é acusado de ter beneficiado uma quadrilha que operava com os títulos, quando foi ministro da Reforma Agrária, no governo Sarney.